

PLANO DE AÇÃO

Milson Lopes de Oliveira

Cargo: Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe Titular;

Formação: Graduado em Licenciatura em Ciências Agrícolas (UFRRJ); Mestre em

Engenharia Agrícola e Doutor em Solos e Nutrição de Plantas (UFV); Bacharel em Direito e Especialista em Direito Público (Unesc); Mestre em Direitos e

Garantias Fundamentais (FDV); Especialista em Gestão Pública (Ifes);

Slogan: Por um Ifes mais perto da gente!



Redes Sociais: @milsonifes

(f) (@) (f)

Aponte a câmera:



APRESENTAÇÃO

O lfes possui uma reconhecida história de conquistas, contudo a continuidade do mesmo modelo gerencial tem dificultado o acolhimento de alternativas de gestão progressistas e pautadas no diálogo como pressuposto da transparência e da participação, possibilitando a inclusão de sua diversidade.

O diálogo não pode ser traduzido em clientelismo, pressupõe a formulação da demanda, a definição do percurso e a consolidação de proposições de interesse comum, visando à construção de um projeto institucional. Em regra, o déficit de diálogo favorece ações subjetivas, estimulando a segregação e fragilizando a sensação de pertencimento, transformando a instituição em espaço seletivo e excludente.

A mudança nesse cenário requer o exercício da cidadania ativa por parte dos sujeitos que constituem a Comunidade Escolar, tanto na elaboração quanto na implementação de políticas institucionais que contemplem a participação efetiva de estudantes, servidores e da comunidade externa, que de forma objetiva anseia **por um Ifes mais perto da gente**, mais humanizado e integrado.

Este Plano de Ação representa os anseios da Comunidade Escolar - ignorados por mais de uma década -, que, em face da sua natureza dialógica, está em permanente construção. A proposta referencial foi organizada em três eixos de ação, sendo alinhavada a partir da escuta comunitária ao longo dos anos, demonstrando que os gestores anteriormente eleitos não enfrentaram as demandas que se perpetuam no tempo.

DIÁLOGO COMO PRESSUPOSTO DA ORGANIZAÇÃO E DA IDENTIDADE INSTITUCIONAL

- Implementação do programa "Reitoria Presente" destinado à realização de diálogos específicos envolvendo cada uma das Pró Reitorias, para conferir maior segurança nos procedimentos adotados e uniformização das ações institucionais junto à comunidade;
- Reformulação dos colegiados quanto à concepção, composição e funcionamento, transformando-os em espaços deliberativos em observância às diretrizes regimentais, a fim de permitir o controle social e a avaliação crítica das políticas públicas e institucionais pela comunidade;
- Ampliação das competências regimentais do Conselho de Gestão, atribuindo-lhe caráter deliberativo para assuntos de interesse local;
- Institucionalização do fórum consultivo de apoio à gestão para sinergia entre a Reitoria e suas unidades organizacionais com os Campi;
- Promoção de eventos de formação em processos participativos para valorização do diálogo como política institucional, visando à integração entre ciências humanas, naturais, agrárias e da saúde, na perspectiva da humanização e para além dos interesses imediatos do mercado:
- Garantia dos direitos fundamentais de liberdade de expressão, direito à informação, dignidade da pessoa humana e enfrentamento à homofobia, ao racismo estrutural, ao machismo e à vulnerabilidade social, como foco para o desenvolvimento social, da ciência, da tecnologia e da inovação;
- Investimento no bem-estar do servidor, promovendo atividades sociais, culturais, incentivo à prática de esportes/ginástica funcional e à nutrição saudável, para melhoria das relações interpessoais, visando à integração e ao comprometimento com o papel institucional;
- Revitalização do Programa de Ambientação destinado ao acolhimento e à apresentação dos valores institucionais aos servidores novos, e promoção de ações com foco na gratidão aos servidores que se aposentam, mediante a realização de atividades formativas, reflexivas e sociais;
- Implantação de programas de formação inicial e continuada para possibilitar, além do desenvolvimento na carreira, a capacitação para o exercício das atribuições do cargo e atendimento às demandas institucionais no exercício pleno da cidadania ativa;
- Ampliação da política de Atenção à Saúde do Servidor, proporcionando um ambiente saudável ao servidor/colaborador no enfrentamento de situações excepcionais, como as advindas da pandemia da COVID-19, e realização de estudos sobre a viabilidade do trabalho não presencial;
- Reorganização da Diretoria de Gestão de Pessoas para atuação de forma participativa nos assuntos atinentes ao itinerário funcional, à capacitação e à saúde do servidor, e criação de uma comissão permanente para monitoramento do clima organizacional e proposição de ações;
- Descentralização progressiva das ações da gestão de pessoas com o fortalecimento das Comissões Setoriais Permanentes de Pessoal Docente, e a criação de um colegiado similar para tratar dos interesses dos Técnicos Administrativos a partir da escuta de suas demandas e sugestões;
- Aperfeiçoamento nos processos de redistribuição, remoção, afastamento e de licenças, para garantir igualdade de oportunidade aos servidores e o cumprimento efetivo da legislação em vigor;
- Otimização do trabalho técnico-administrativo, oportunizando a alocação

- de servidores mediante a manifestação de interesse, considerando-se a demanda, a habilitação, a predisposição e a identificação com as atribuições e o local de trabalho;
- Criação de núcleos regionais para debate da conjuntura do Ifes e proposição de mudanças, visando à melhoria do desempenho da gestão;
- Realização de consultas públicas na elaboração do orçamento com a participação de técnicos administrativos, professores e estudantes, para definição de prioridades de investimento e critérios de aplicação do custeio, garantindo o acompanhamento sistemático da execução financeira;
- Implementação de programa de sustentabilidade financeira e ecológica pautado no uso racional e sustentável do recurso orçamentário, visando à economia de recursos naturais, como água e energia, e de materiais de consumo, por meio de reutilização e de reciclagem;
- Estímulo à aquisição/contratação de bens e serviços por meio de compras compartilhadas para melhor aplicação dos recursos, bem como a adoção de boas práticas de gestão para maior eficiência na prestação dos serviços e garantia da efetiva satisfação do cidadão;
- Reestruturação do organograma institucional, de forma a garantir que as unidades com tipologia similar na Reitoria e nos Campi tenham estrutura equivalente de funcionamento, a fim de otimizar o trabalho dos servidores e os processos gerenciais;
- Readequação da Diretoria de Tecnologia da Informação, com investimento expressivo em equipamentos e em programas para consolidação de uma política pautada na valorização profissional e na integração entre os ambientes organizacionais;
- Apoio ao uso de tecnologias de informação e de comunicação para a realização de eventos e o desenvolvimento de soluções *mobile*, para relacionamento de alunos e de servidores com processos e procedimentos pedagógicos e administrativos:
- Aprimoramento da política de comunicação do Ifes como estratégia institucional de fluxo da informação e consolidação da identidade do Ifes;
- Dinamização da comunicação institucional, promovendo a mobilização da comunidade acadêmica para a participação efetiva nos debates educacionais, científicos, administrativos, políticos e culturais, que constituem a finalidade institucional:
- Monitoramento contínuo da gestão quanto à observância aos ditames legais, a fim de minimizar as inconsistências apontadas pelos órgãos de controle, especialmente pela Auditoria Interna, tomando como base seus relatórios e indicadores para orientações da política institucional;
- Consolidação de um sistema integrado de gestão com foco na celeridade processual e na interação de todas as ações da gestão institucional;
- Redefinição do perfil das Unidades de Administração e Serviços Gerais (UASGs), que deve ser pautado no interesse institucional, bem como garantir apoio na regularização patrimonial dos Campi e na migração para os sistemas governamentais:
- Realização de audiências públicas com a comunidade interna/externa para redimensionamento do lfes pela abertura de novos Campi e Cursos.

DIÁLOGO COMO COMO ESSÊNCIA DO PROCESSO FORMATIVO

- Readequação do projeto de formação integrada, numa perspectiva educacional que promova a formação para o exercício da cidadania como elemento fundamental da preparação para o trabalho;
- Promoção de ampla discussão sobre a reforma do Ensino Médio e seus impactos na Educação Profissional, a fim de minimizar danos e garantir uma transição inclusiva que garanta a identidade dos cursos integrados e possibilite a interação das diferentes áreas do conhecimento;
- Adequação de documentos que orientam o processo educacional, ajustando as diretrizes à realidade local para melhor atender à comunidade;
- Revisão dos Projetos Pedagógicos de Cursos com foco na Base Nacional Curricular Comum e na implementação de novas tecnologias educacionais, visando à integração curricular, à interdisciplinaridade e à participação das representações constituídas da comunidade externa;
- Releitura das diretrizes indutoras para oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, buscando alinhamento com a expectativa social;
- Curricularização da extensão e da pesquisa mediante a integração entre as Pró-Reitorias de Ensino e de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão com a comunidade externa representada pelos movimentos populares, organizações da sociedade civil, empresas e cooperativas;
- Fomento a uma maior integração do lfes com as famílias dos estudantes mediante a realização sistemática de eventos públicos nos Campi;
- Articulação de ações de inclusão e combate à violência e às discriminações de caráter social, racial, sexual, cultural e religiosa, incentivando estudos e pesquisas sobre diversidade, cidadania, direitos humanos e ética:
- Estímulo à organização funcional das entidades de representação estudantil e à participação dos discentes nos colegiados do Ifes, com foco na gestão democrática/transparente e na formação da cidadania;
- Intensificação das políticas de atendimento à assistência estudantil com vistas a uma maior celeridade na análise das demandas dos estudantes, à adequação das equipes de profissionais de apoio e à busca por alternativas para ampliação do orçamento;

- Criação de um programa de acompanhamento do desempenho dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, com vistas à promoção das ações necessárias à sua permanência e ao seu êxito no Ifes;
- Utilização de indicadores de eficiência acadêmica na tomada de decisão sobre ações que promovam a permanência e o êxito estudantil no Ifes;
- Ampliação da oferta por todos os Campi de cursos de Educação de Jovens e Adultos, concebidos na perspectiva do atendimento às peculiaridades da demanda, contemplando a pedagogia da alternância e sua realização de forma itinerante, garantindo a permanência e o êxito:
- Incentivo à cultura, ao esporte e à educação ambiental em consonância com a aprendizagem múltipla de valores, viabilizando projetos que atendam ao desenvolvimento do estudante, especialmente no âmbito da
- Realização de eventos de formação continuada para atualização didática de docentes e técnicos, em métodos e tecnologias contemporâneas;
- Integração entre cursos, docentes e técnicos administrativos de diferentes áreas do conhecimento, mediante adequação da carga horária, para oportunizar a realização de atividades de ensino, pesquisa, extensão e representação, de forma harmônica e com foco no interesse institucional:
- Investimento no ensino não presencial mediante o apoio nas demandas dos estudantes, promovendo a capacitação dos servidores e incentivando o uso das tecnologias educacionais;
- Fortalecimento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas mediante a garantia de recursos, a capacitação da equipe, a integração com outras unidades organizacionais e a contratação de professores para Atendimento Educacional Especializado;
- Apoio aos Campi para adesão ao Programa Nacional de Alimentação Escolar e atendimento à comunidade acadêmica da educação básica;
- Fomento à abertura de cursos técnicos com ênfase na formação de profissionais para o trabalho no âmbito do desenvolvimento social e das tecnologias sociais, tais como produção cultural, artes e agentes de desenvolvimento comunitário.

DIÁLOGO COMO REFERÊNCIA NAS AÇÕES DE INOVAÇÃO E DE INTERAÇÃO COMUNITÁRIA

- Realização de reunião periódica com a comunidade sobre o papel político e o socioeconômico da pesquisa, da pós-graduação e da extensão;
- Formalização de parcerias com o poder público, os movimentos populares, as escolas de educação básica e o setor empresarial, estimulando o diálogo entre o lfes e a sociedade para fomento aos projetos de pesquisa e de
- Estímulo à criação de empresas juniores e fomento à incubação de empreendimentos em suas modalidades tecnológica, social e cultural, estimulando o empreendedorismo social, a economia solidária, o cooperativismo e o trabalho associado:
- Criação do Núcleo de Promoção da Cidadania para apoio institucional às atividades culturais, com efetiva valorização dos Núcleos de Arte e Cultura, do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, e organizações similares;
- Instituição de programas de estudos dos arranjos produtivos locais para promoção de espaços de debates, relacionamentos e parcerias com a sociedade, as representações da classe trabalhadora e os movimentos populares organizados, com foco no desenvolvimento regional;
- Demonstração periódica dos resultados de projetos de pesquisa e de extensão, identificando e valorizando as ações que produzem impacto na comunidade local a partir da interação do Ifes com as organizações
- Desconstrução do discurso de concorrência com a Universidade Federal no âmbito da produção científica, visto que ela tem papel relevante como instituição formadora dos quadros do Ifes e atua como parceira em diversos programas de pós-graduação;
- Integração do ambiente educacional com instituições de fomento ao empreendedorismo, principalmente micro e pequenos empresários, através do núcleo incubador e do núcleo de apoio aos pequenos negócios, numa visão integradora ao mundo do trabalho/mundo dos negócios;
- Incremento no diálogo com as escolas públicas e com os movimentos populares como princípio político institucional, viabilizando a oferta de cursos de especialização para qualificação de docentes e técnicos das diferentes redes de ensino;

- Publicização das ações institucionais para o progresso da pesquisa e da extensão, e do trabalho dos pesquisadores/extensionistas do Ifes, de forma a estimular o espírito investigativo e o interesse dos estudantes no acesso aos programas de iniciação científica;
- Implantação de um núcleo de apoio operacional para suporte aos gestores de pesquisa e de extensão na elaboração e submissão de projetos, monitoramento das chamadas públicas e aproximação dos pesquisadores e extensionistas com os arranjos produtivos locais;
- Identificação de vocações regionais visando à promoção da cooperação intercampi para intercâmbio entre pesquisadores e extensionistas, e incentivo à proposição/submissão de projetos de pesquisa, inovação e extensão alinhados aos objetivos estratégicos do Ifes;
- Ampliação do orçamento destinado à pesquisa e à extensão, mediante a captação de recursos externos para apoio, inclusive, às ações de inovação, pautadas em vocações identificadas nos Campi ou iniciativas que se mostrem com potencial para atingir resultados relevantes;
- Apoio ao corpo discente e aos técnicos administrativos para a participação em eventos acadêmicos nacionais ou internacionais;
- Implementação da política de gestão para implantação, manutenção/atualização dos laboratórios de ensino, pesquisa e extensão, mediante a consolidação de parcerias entre os Campi, com foco na otimização do uso dos espaços sob a forma de multiuso;
- Aprimoramento da política de estágio mediante a ampliação das oportunidades junto ao mercado de trabalho, e melhorias no processo de formalização e de acompanhamento;
- Realização de pesquisas junto aos egressos e empregadores, com vistas à criação de um banco de dados para orientar o debate sobre as matrizes curriculares e subsidiar a criação ou a extinção de cursos e de programas;
- Fortalecimento dos programas de pós-graduação oferecidos e realização de estudo criterioso para a abertura de novas ofertas a partir de parcerias entre os Campi e com base em levantamento efetivo da demanda.





